



Cidadãos fazem 463 sugestões sobre novo Código Comercial

Comissão de juristas que elabora anteprojeto vai analisar propostas que foram enviadas pela população por meio de ferramenta interativa no site do Senado

Proposta de modernização da legislação que ficou um mês disponível para consulta pública recebeu 11 manifestações favoráveis e 161 contrárias, além de 245 recomendações de mudanças e 46 propostas

de inclusão de trechos.

Juristas anunciaram que vão analisar as contribuições para definir o texto que pretendem entregar ao presidente do Senado, Renan Calheiros, no dia 19, antes do prazo final, que seria 3 de dezembro. **6**



Entre Felipe Fabro e Fábio Coelho, João Otávio de Noronha, presidente da comissão, fala na sessão que anunciou as sugestões

Lia de Paula/Agência Senado

Fernando Frazão/ABR



Representantes do governo e das empresas vencedoras comemoram no final do leilão: lance único de R\$ 15 bilhões

Governo e oposição divergem sobre Libra

O primeiro leilão de um campo de petróleo na camada do pré-sal, o de Libra, repercutiu em Plenário. Enquanto senadores da oposição apontaram falhas no processo,

senadora governista defendeu o resultado. O consórcio vencedor, liderado pela Petrobras, é formado por outras quatro companhias: duas europeias e duas chinesas. **3**

Detento que trabalha poderá ter salário mínimo como piso

A comissão de juristas que elabora anteprojeto para atualizar a Lei de Execução Penal quer que os presos que trabalhem

façam jus a remunerações maiores. Também propõe que os detentos devem ter direito a níveis mais altos de escolarização. **2**



Maria Tereza Uille, relatora, e ministro Sidnei Beneti, presidente da comissão

Lia de Paula/Agência Senado

Telefonia na Amazônia ganhará regras específicas **8**

Ministra da Casa Civil falará sobre obras de infraestrutura **3**

Proposta prevê redução de IR por salário pago a doméstico **6**



Catadores de materiais recicláveis trabalham em lixão da Cidade Estrutural, em Brasília, que está com os dias contados

Cidades têm um ano para acabar com lixões

Agosto de 2014 é o prazo final para que as prefeituras transformem os lixões em aterros sanitários, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas

especialistas temem que municípios não consigam se adequar a tempo. Senado criou grupo para acompanhar a implantação das novas regras. **4 e 5**

Plano de saúde pode ter de tratar em casa paciente com câncer **7**

Voto aberto no Congresso volta à discussão amanhã **2**

Projeto permite suspensão de contratos em caso de crise **6**

Genildo Magalhães/Agência Senado

Proposta prevê remuneração maior a preso que trabalha

Detentos recebem hoje pelo menos três quartos do salário mínimo. Juristas querem que piso suba para um salário. Mudança fará parte de anteprojeto que atualiza Lei de Execução Penal

A COMISSÃO DE juristas responsável pela elaboração de um anteprojeto para atualizar a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) quer que os presos que trabalhem façam jus a remunerações mais altas.

Segundo a relatora da comissão, Maria Tereza Uille Gomes, o grupo incluirá no anteprojeto um artigo estabelecendo que o trabalho do preso será remunerado com um valor nunca inferior a um salário mínimo. Atualmente, a Lei de Execução Penal estabelece o valor mínimo de três quartos do salário mínimo.

Em relação ao processo de escolarização dos presos, Maria Tereza lembrou que a Lei de Execução Penal prevê a obrigatoriedade apenas do ensino fundamental. A comissão entendeu que os detentos devem ter direito a níveis mais altos de escolarização, com a participação das secretarias estaduais e municipais no processo.

A comissão de juristas concluiu a discussão das propostas do eixo administrativo da lei. A relatora informou que o colegiado dividiu a discussão das propostas em três eixos: eixo administrativo, eixo dos direitos e deveres dos presos e do sistema disciplinar e eixo



Os juristas que debatem a Lei de Execução Penal: sugestões para atualizar norma

dos procedimentos e órgãos da execução penal e benefícios penitenciários.

O primeiro eixo abrange temas como a assistência educacional, a assistência social e a questão do trabalho dos presos. Maria Tereza destacou a preocupação da comissão para que seja oferecida uma qualificação adequada aos detentos a fim de que saiam das penitenciárias com uma profissão.

Documentos

No âmbito da assistência social, a relatora citou a importância de os presos terem auxílio para obter documentos como RG, CPF, certidão de nascimento e título de eleitor.

— Muitas vezes as pessoas entram nos presídios e saem de lá sem nem sequer possuir

documentos inerentes à cidadania — disse.

O advogado e professor Sérgio Habib disse que o desafio da comissão é obter um equilíbrio entre o que almeja a sociedade em termos de segurança e afastamento da impunidade e, ao mesmo tempo, consagrar os direitos que foram adquiridos pelos presos na Lei de Execução Penal.

O professor Charles Dias disse que os crimes no país tomaram proporções alarmantes e ressaltou que a atualização da lei “permitirá que a tranquilidade retorne ao eixo social”.

Instalada em abril, a comissão, que é presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sidnei Agostinho Beneti, realizará uma reunião informal no tribunal no dia 29.

Voto aberto no Congresso volta à pauta

O debate sobre voto aberto no Legislativo deve voltar amanhã à Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ). A votação do relatório de Sérgio Souza (PMDB-PR), prevista para o dia 16, foi adiada devido a pedido de vista coletiva.

Souza defende a PEC 43/2013, que acaba com o voto secreto em todas as Casas legislativas. Ele recomenda a rejeição de quatro emendas apresentadas em Plenário e das PECs 20/2013 e 28/2013, que tramitavam em conjunto com a PEC 43. Para o relator, todas as pressões sobre os

parlamentares podem ser compensadas pela vigilância dos cidadãos.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), um dos que pediram vista no dia 16, viu necessidade de aprofundar a reflexão sobre a amplitude do voto aberto. Ele sinalizou que deve pedir destaque para votação em separado de emenda dele à PEC 43/2013. Aloysio quer restringir o voto aberto às decisões sobre cassação de mandato parlamentar.



Souza recomenda que a medida alcance todas as Casas legislativas

Viana condena corrupção em campanhas

Ao defender a aprovação da reforma eleitoral pelo Congresso, Jorge Viana (PT-AC) mencionou ontem o amplo apoio popular a tais medidas. Ele citou entrevista do diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal, Oslain Santana, publicada no jornal *O Globo* de domingo, em que afirma que pelo menos metade dos casos de corrupção investigados pelo órgão estão relacionados com campanhas eleitorais.

Jorge Viana manifestou temor de que o orçamento impositivo abra espaço para



Viana cobra votação de projetos de reforma eleitoral em tramitação

“institucionalizar a corrupção”, criando oportunidade para negociação entre parlamentares e empreiteiras.

Entre os projetos que apresentou, Jorge Viana sublinhou o que criminaliza a prática de caixa dois em campanhas, o que — observou, com referência ao mensalão — “só é considerado crime quando praticado pelo PT”. O senador declarou esperar que também seja investigado o “mensalão original” do PSDB.

Comissão Especial de Segurança Pública fará debate amanhã

Em audiência pública amanhã, a Comissão Especial de Segurança Pública ouvirá a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário; o secretário de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame; e o professor da Universidade de São Paulo (USP) Leandro Piquet Carneiro.

Presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e tendo como relator Pedro Taques (PDT-MT), a comissão, instalada em 2 de outubro, tem prazo de 90 dias para propor um novo modelo de segurança pública, partindo das propostas em tramitação no Senado. Na instalação da comissão, o presidente do Senado, Renan



Pedro Taques/Agência Senado

Taques aponta falta de compromisso do governo com a segurança pública

Calheiros, declarou que estados e municípios estão “estrangulados pelo centralismo fiscal” e defendeu a vinculação orçamentária, ainda que temporária, para o setor de segurança.

Senado cortará salário superior ao teto constitucional já neste mês

O Senado informou que a decisão de aplicar o teto remuneratório dos servidores públicos (R\$ 28.059,29) terá efeito já no pagamento de outubro. Em nota, a Diretoria-Geral esclarece que foram adotadas as

Resoluções 13 e 14 de 2006 do Conselho Nacional de Justiça para definição das parcelas que são incluídas ou excluídas do teto. Ficam excluídos, por exemplo, os auxílios-moradia, funeral e escolar.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta de votações, entre outros, projeto que suspende os efeitos da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que alterou o número de deputados federais por estado.

PRESIDÊNCIA Mais Médicos

11h Renan Calheiros participa da sanção do Mais Médicos, no Palácio do Planalto; às 12h, recebe o vice-presidente-executivo do *Correio Braziliense*, Evaristo de Oliveira; às 12h30, o senador Acir Gurgacz; às 16h, preside a ordem do dia.

CMA América do Sul

8h30 A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor debate, em audiência pública interativa, o tema “Meio ambiente, cidadania e a união das nações da América do Sul”. Foi convidado o ministro do Superior Tribunal de Justiça Herman Benjamin, entre outros.

CCT Amazônia Legal

9h Proposta em votação estabelece a obrigação de universalizar serviços de telecomunicações para a Amazônia Legal. Também serão analisados projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

CAE Transporte coletivo

10h Na Comissão de Assuntos Econômicos, texto que determina aplicação de percentual de arrecadação da Cide-Combustível em projetos de infraestrutura de transporte coletivo não motorizado.

CE Plano Nacional de Educação

10h Audiência da Comissão de Educação para debater o projeto que institui o Plano Nacional de Educação.

CPI DA ESPIONAGEM Audiência

11h Para audiência da CPI da Espionagem, estão convidados Paulo Sérgio Pagliusi, pós-doutor em Segurança da Informação e presidente da Cloud Security Alliance Brasil, e o ex-secretário de Segurança do Rio de Janeiro Marcelo Itagiba.

CAS Aposentadoria especial

11h A Comissão de Assuntos Sociais faz audiência sobre aposentadoria especial para o servidor público com deficiência. Convidado Paulo Rogério de Oliveira, do Ministério da Previdência Social.

CMO Relatório final da LDO 2014

14h30/18h Reunião da Comissão Mista de Orçamento para análise do relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Leilão do pré-sal divide oposição e governo

Fernando Frazão/ABr



Ministro Edison Lobão (4º à dir.) e representantes do consórcio comemoram resultado do leilão, que não teve competição

O primeiro leilão de petróleo na camada pré-sal a ser explorado sob regime de partilha, o do Campo de Libra, revelou opiniões contrárias em Plenário. Enquanto senadores da oposição criticaram o que classificaram como “entrega do patrimônio nacional”, parlamentar aliada do governo apontou sucesso na iniciativa e citou vantagens do novo regime de exploração.

O consórcio vencedor — formado pelas empresas europeias Shell e Total e as chinesas CNOOC e CNPC, lideradas pela Petrobras — pagará R\$ 15 bilhões na assinatura do contrato, em dezembro.

Ana Amélia pede regras claras para leilões do petróleo

Ao discursar no Plenário ontem, Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com o leilão do Campo de Libra. Ela disse que a presença da Polícia Federal e do Exército no Rio de Janeiro, local do leilão, demonstra o nível de tensão que o processo está provocando.

A senadora também registrou que há muitas ações contra a realização do leilão. Ela disse não entender como uma negociação tão relevante como essa ocorre de maneira apressada.

— Não somos contrários ao leilão. Mas queremos regras bem claras para proteger o patrimônio nacional e dar segurança para os investidores — afirmou Ana Amélia.

Patrimônio do Brasil está sendo entregue, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a realização do leilão. Segundo ele, foi equivocada a decisão do governo de colocar à venda o Campo de Libra, sobretudo pela falta de avaliações precisas sobre o volume das reservas de petróleo e gás.

— Lastimo profundamente que esse patrimônio do Brasil possa ser entregue dessa forma irresponsável — disse.

Para Alvaro, o leilão tem para o governo uma importância muito mais fiscal do que para a expansão da produção de petróleo, já que o Executivo precisaria dos R\$ 15 bilhões que serão arrecadados a título de bônus de assinatura para fechar suas contas orçamentárias e produzir superávit primário.

Rollemberg cobra segurança na exploração do pré-sal

Ao discursar no Plenário ontem, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que o início da exploração do petróleo da camada do pré-sal impõe a tomada de outras medidas importantes para o país. Ele apontou como exemplos um plano de contingência em caso de vazamento de óleo, a busca pela qualidade na aplicação de recursos públicos e o desenvolvimento de fontes de energia limpa.

Para Rollemberg, é necessário ter recursos para evitar acidentes que poderiam trazer prejuízos para o meio ambiente e para a população.

— O pré-sal exige uma tecnologia nova e é muito importante ter um plano de contingência — disse.

Simon lamenta falta de debate com o Congresso

Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a descoberta dos campos da camada do pré-sal durante o governo Lula gerou muito otimismo e comemorações. Agora, comparou, o leilão aconteceu em “clima de guerra”, com Exército e Força Nacional enfrentando manifestantes.

Simon disse que ele, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR) entraram com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a suspensão do leilão por possíveis prejuízos ao patrimônio nacional.

Ele lamentou que a discussão sobre a exploração do petróleo do pré-sal não tenha sido feita com a sociedade e com o Congresso Nacional.

Aloysio: regras instáveis afastaram investidores

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou o leilão do Campo de Libra como um “furo n’água” ao contrastar as previsões otimistas do governo com o baixo interesse das empresas. Para o senador, o governo foi levado por interesses de curto prazo e regras instáveis afastaram investidores.

— Mudaram as regras do jogo que nós estávamos ganhando. É preciso um mínimo de clareza nas regras para que uma empresa de grande porte possa entrar — afirmou.

Aloysio lembrou que o governo previa uma “disputa a tapas”, mas, das 40 empresas esperadas, apresentaram-se 11, e um único consórcio, liderado pela Petrobras, arrematou o Campo de Libra.

Vanessa comemora êxito do leilão do Campo de Libra

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou em Plenário a venda em leilão do Campo de Libra, a primeira área de jazidas petrolíferas do pré-sal que será explorada sob o regime de partilha.

Para a senadora, a prova do êxito do leilão foi o fato de o consórcio vencedor ser formado por empresas que estão entre as dez maiores do mundo no ranking das petrolíferas: a Petrobras, as chinesas CNPC e CNOOC, a anglo-holandesa Shell e a francesa Total.

Vanessa acredita que a grande vantagem para o Brasil no regime de partilha é que o país ficará com a maior parcela do petróleo que será extraído.



Ana Amélia quer mais segurança para investidores



Para Alvaro, decisão do governo foi equivocada



Rollemberg expõe preocupação com acidentes no pré-sal



Simon entrou com ação na Justiça para impedir o leilão



Grandes empresas exigem clareza nas regras, diz Aloysio



Vanessa elogia regime de partilha e consórcio vencedor

Ministra da Casa Civil fala sobre obras de infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura (CI) ouvirá amanhã a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre os processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias. O presidente da CI, Fernando

Collor (PTB-AL), argumenta que o Programa de Investimento em Logística (PIL), principal iniciativa do governo em infraestrutura, apresentou problemas em relação a um leilão de concessão de rodovia que não atraiu investidores.

Collor acredita que Gleisi poderá oferecer esclarecimentos sobre o processo licitatório que permitirá ao país superar os gargalos de um sistema “ineficiente e oneroso”.

Após a audiência com a ministra, a CI vai analisar duas

indicações da Presidência da República para a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Um dos indicados é Paulo Sérgio Oliveira Passos, economista e ex-ministro dos Transportes. O relator, Alfredo Nascimento

(PR-AM), é favorável à indicação. O outro é Carlos Fernando do Nascimento, servidor da ANTT, advogado e especialista em Regulação de Transportes Terrestres pela UFRJ. O relator, Ciro Nogueira (PP-PI), também é favorável à indicação.

Suplicy: Congresso deve se manifestar sobre biografias

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o Congresso precisa se manifestar sobre a polêmica a respeito das biografias não autorizadas. Ele defendeu o direito à liberdade de expressão, mas ressaltou que é importante ter cuidado com a publicação

de “calúnias, inverdades e coisas ofensivas à pessoa do biografado”.

Suplicy lembrou que ele mesmo foi citado na biografia de José Dirceu escrita pelo jornalista Otávio Cabral, em situações que — afirmou — não

ocorreram como aparecem no livro.

— Diversas citações da minha interação com José Dirceu, e eu não fui consultado, não são precisas. Estou escrevendo um esclarecimento ao Otávio Cabral — disse.

Suplicy defendeu a regulamentação do tema e a liberdade do escritor de fazer pesquisas e publicar o próprio trabalho. Por outro lado, sugeriu a aplicação de multas ao autor que escreve informações imprecisas ou que prejudiquem o biografado.



Senador sugere multa por ofensas, mas defende liberdade de expressão

Agosto de 2014 é o prazo final estipulado pela lei para que os municípios transformem os muitos lixões ainda existentes no Brasil em aterros sanitários, áreas especialmente preparadas para receber resíduos de forma a não contaminar o solo e os lençóis freáticos. Coordenador da conferência acredita que as prefeituras não conseguirão fazer as reformas a tempo

Conferência discute execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Joseana Paganine

TRÊS ANOS DEPOIS de aprovação, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) será o tema da 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente, que acontece de quinta-feira a domingo, no Centro Internacional de Convenções, em Brasília. A escolha do tema para a conferência não se deu à toa. Agosto de 2014 foi o mês estabelecido pela política para que todos os lixões ainda em atividade no Brasil sejam fechados ou substituídos por aterros sanitários.

— O governo federal considerou o momento oportuno para discutir o assunto nessa conferência como forma de dar impulso à implantação das medidas previstas na lei e de envolver a sociedade nessa questão importante e de impacto na vida de todos — explicou o coordenador-geral do encontro, Geraldo Abreu.

Para que cumpram o prazo, os municípios precisam mesmo de um impulso. Os estudos anuais da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) mostram que o Brasil vem avançando muito lentamente. Um ano antes da promulgação da lei, em 2009, 1.688 municípios possuíam lixões, considerados inadequados por questões ambientais e sanitárias. Em 2012, o número

foi de 1.579 — uma diminuição de apenas 6% em três anos. Sem a preparação correta da área, os lixões podem contaminar a água e disseminar doenças.

Além disso, o volume de lixo que recebe destinação inadequada é grande e se mantém praticamente o mesmo. Em 2009, 43,2% do lixo — quase a metade de todos os resíduos sólidos produzidos no Brasil — foi para lixões ou aterros controlados. Em 2012, esse índice foi de 42% (quase 24 milhões de toneladas).

Abreu avalia que o país não conseguirá eliminar todos os lixões até 2014, pois o passivo é grande. Mas, segundo ele, o ministério está otimista porque passos significativos já foram dados. Ele citou o exemplo do Distrito Federal, que está fazendo neste ano a transição do lixão para o aterro sanitário.

Planos

Em relação à aprovação dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos, o atraso já é de dois anos. A política nacional previa que os planos fossem apresentados até agosto de 2012, o que não aconteceu.

Segundo o coordenador da conferência, o Ministério do Meio Ambiente deu todo o apoio para a produção dos planos, fez convênios com os municípios e elaborou um manual. Mas, na avaliação dele, o dia a dia da gestão municipal exige que os prefeitos concentrem suas ações



Lixão da Estrutural, em Brasília, o maior da América Latina: governo do Distrito Federal lançou em setembro, durante conferência regional, projeto para transformar a área

em áreas como saúde e educação.

Abreu acredita, no entanto, que as conferências estaduais e municipais foram importantes para ajudar e estimular as unidades a preparar os próprios planos. Ele disse que quase todos os estados já estão fechando as propostas.

— Isso acontecerá também com os municípios, que participaram em grande número das

conferências preparatórias.

Ele lembrou que um dos pontos inovadores da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que prevê consórcios intermunicipais. Na opinião dele, a maior parte dos pequenos municípios têm baixa capacidade técnica e financeira para executar sozinhos os planos. Juntos, a tarefa de tratar adequadamente o lixo pode ser facilitada.

Para onde vai o lixo

► **Lixão:** área de destinação final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação da terra e sem sistema de tratamento do chorume, líquido preto que escorre do lixo e contamina o solo e o lençol freático.

► **Aterro controlado:** fase intermediária entre o lixão e o aterro sanitário, pois recebeu cobertura de argila e grama e captação de chorume e gás. Mas, segundo a Abrelpe, do ponto de vista ambiental e da saúde pública, representa pouca evolução em relação ao lixão.

► **Aterro sanitário:** terreno preparado previamente com o nivelamento de terra e com a selagem da base com argila e mantas de PVC, extremamente resistente. O lixo é coberto com terra ou outro material diariamente para evitar insetos, mau cheiro e poluição visual.

Senado cria subcomissão para acompanhar política

O Senado está atento à necessidade de cuidar da política relacionada ao lixo. No início deste mês, foi criada a Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos, vinculada à Comissão de Meio Ambiente (CMA). O objetivo é acompanhar o cumprimento das determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelos municípios.

De acordo com o presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), o que motivou a iniciativa foi o atraso na execução da política pela grande maioria das cidades. A subcomissão também vai discutir modos de financiamento dos serviços de limpeza urbana de responsabilidade das prefeituras.

O vice-presidente da subcomissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), e o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), defenderam que os municípios concentrem os esforços no reaproveitamento de material descartável. A intenção é movimentar a cadeia produtiva

de resíduos sólidos e promover a inclusão social dos catadores.

Projetos

O Senado analisa hoje 20 projetos que tratam, direta ou indiretamente, da gestão dos resíduos sólidos. Entre eles, está o Projeto de Lei do Senado (PLS) 273/2013, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), que determina que os fabricantes de produtos

industrializados usem materiais reciclados como insumo.

Outro projeto em pauta na CMA é o PLS 207/2012, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que cria o Fundo Nacional de Aterros Sanitários, destinado a financiar a construção dos depósitos. O fundo seria formado com recursos do Orçamento da União, com provisão inicial de R\$ 800 milhões.

Uma terceira proposta em pauta, o PLS 148/2011, de Cyro Miranda, disciplina o lixo médico e hospitalar. No caso, o texto trata especificamente do descarte de medicamentos de uso humano e de uso veterinário. O resíduo dos serviços de saúde é objeto ainda do PLS 653/2011, de Humberto Costa (PT-PE), que criminaliza a venda, a importação e o descarte irregular de resíduo hospitalar.



Cícero Lucena (D) preside audiência que criou a subcomissão, acompanhado de Vanessa Graziottin, Aníbal Diniz e Jorge Viana

Reciclar gera riqueza, emprego e renda





Dar destinação adequada ao lixo não é apenas levá-lo para uma área preparada para recebê-lo. É selecioná-lo e reciclá-lo. A meta da política nacional é reciclar a maior quantidade de lixo e destinar ao aterro somente o que for rejeito. Em relação a isso, o Brasil melhorou nos últimos anos, mas precisa trabalhar.

Conforme levantamento a Associação Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), a quantidade de material reciclado passou de 5 milhões de toneladas em 2003 para 7,1 milhões de toneladas em 2008, o que corresponde a 13% dos resíduos sólidos das cidades. Quando se trata de lixo seco (plástico, vidro, metais, papel e borracha), a porcentagem de reciclados passou de 17% em 2004 para 25% em 2008.

Lançado em 2011, o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis estabelece meta de 20% de lixo reciclado até 2015. A ideia é estimular o mercado de recicláveis por meio da desoneração dos produtos que contenham material reaproveitado em sua composição.

— O espírito é recuperar o

Como o Brasil trata o lixo

	Total de lixo produzido (t/ano)	Destinação final (%)	Coleta seletiva (municípios)	Valores médios aplicados (por habitante/ano)	Recursos movimentados
2009	57.011.136	Aterro sanitário 56,8% Aterro controlado 23,9% Lixão 19,3%	3.152	 R\$ 70,30	 R\$ 17 bi
2012	62.730.096	Aterro sanitário 58% Aterro controlado 24,2% Lixão 17,85%	3.326	 R\$ 83,76	 R\$ 23 bi

Fonte: Abrelpe

lixo para reinseri-lo na cadeia produtiva, em um círculo virtuoso. Reaproveitar o lixo reduz a pressão sobre a natureza, pois é menos demanda por matéria-prima e menos poluição ambiental — afirmou Geraldo Abreu, coordenador da conferência.

De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o desperdício pela falta de reaproveitamento do lixo no Brasil gira em torno de R\$ 8 bilhões anuais. Atualmente, o setor de reciclagem gera R\$ 12 bilhões por ano.

Por isso, um dos principais pontos da Política Nacional de Resíduos Sólidos é o que diz respeito à responsabilidade da indústria e do comércio

na recuperação e destinação adequada do lixo. Entre eles, destacam-se as empresas, indústrias e lojas que trabalham com embalagens, baterias, eletroeletrônicos e agrotóxicos. Segundo Abreu, o ministério já recebeu proposta dos setores de embalagem e eletroeletrônicos.

Realidade

Os índices brasileiros de reciclagem de alumínio, papel, plástico e vidro se mantêm estáveis desde 2009. De acordo com dados da Abrelpe, são reciclados 98,3% das latas, 45,5% do papel, 47% do vidro e 57,1% das garrafas pet.

O Brasil é líder mundial em reciclagem de latas, está acima da média mundial (28,3%) em

reaproveitamento do alumínio de modo geral, com 36,4%. Quando se trata de recuperação de plástico, o Brasil vai bem no item garrafa pet. Fica atrás apenas do Japão, que recicla 77,9% do consumo de garrafas desse tipo, e à frente da Europa, com 48,4%. O mesmo acontece com o vidro, sobretudo o usado como recipiente, que, além de ter uma boa média de reciclagem, ainda conta com 33% de resíduo doméstico. Apenas 20% das embalagens de vidro vão parar no lixo.

No caso do papel, o país ainda está muito atrás dos campeões, que têm o Japão na liderança, com 91,8% de reaproveitamento. O índice brasileiro é de cerca de 45%.

Coleta seletiva se limita a ações muito básicas

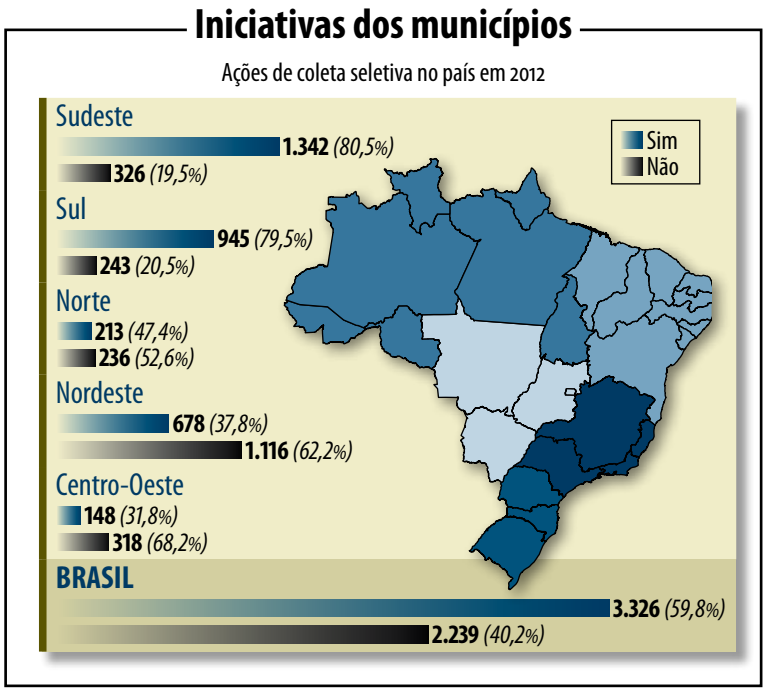
De acordo com a pesquisa da Abrelpe, quase 60% dos municípios brasileiros (*veja mapa*) já têm ações para promover a coleta seletiva de lixo. Mas a maioria delas se resume à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou a convênio com cooperativas de catadores, iniciativas que não fornecem condições para aproveitar todo o potencial de reciclagem dos resíduos sólidos.

O volume de material selecionado e reciclado ainda está bem abaixo das possibilidades. Um exemplo é São Paulo. A maior cidade do Brasil, com 11,8 milhões de habitantes, é responsável por 13% dos resíduos sólidos domiciliares, conforme o IBGE. Recicla apenas 2% do total.

Estudo de 2010 realizado pela

Fundação Nacional de Saúde afirma que 30% dos resíduos

poderiam ser reaproveitados, desde que separados na fonte



Saiba mais

4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente
<http://www.conferencia.meioambiente.gov.br>

Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública (Abrelpe)
<http://www.abrelpe.org.br>

Dicas para coleta seletiva residencial
<http://bit.ly/dicasColeta>

Compromisso Empresarial para a Reciclagem (Cempre)
<http://www.cempre.org.br>

Veja esta e outras edições do Especial Cidadania em www12.senado.leg.br/jornal/cidadania

Novo Código Comercial recebe 463 sugestões

Manifestações apresentadas por internautas pelo Portal e-Cidadania serão analisadas pela comissão de juristas que elabora anteprojeto que será entregue ao Senado

O ANTEPROJETO DO novo Código Comercial recebeu 463 sugestões de cidadãos pelo Portal e-Cidadania (www.senado.gov.br/ecidadania). A comissão de juristas criada para elaborar proposta de modernização do código anunciou esse número ontem e decidiu analisar as sugestões para apresentar o texto final.

— Só pelo peso do relatório, podemos ver que teremos muito trabalho. Vamos nos debruçar sobre essas contribuições e verificar quais poderão aprimorar o anteprojeto — afirmou o relator da comissão, Fábio Ulhoa Coelho.

O texto ficou um mês disponível para a consulta pública e o prazo para sugestões se encerrou na semana passada. Foram 11 manifestações favoráveis e 161 contrárias a dispositivos do anteprojeto, além de 245 sugestões de mudanças e 46 propostas de inclusão de trechos. As intervenções



Felipe Fabro fala sobre mundo digital para a comissão presidida por João Otávio de Noronha e relatada por Fábio Coelho

devem ser divididas em grupos e votadas pelos integrantes da comissão.

O prazo para o anteprojeto é 3 de dezembro, mas a intenção, segundo o relator, é entregar o texto ao presidente do Senado, Renan Calheiros, já no dia 19. Antes devem ser feitas mais duas reuniões, em 4 e 11 de novembro, e um

seminário, no dia 18, para divulgar a proposta. A ferramenta “Consulta pública” do e-Cidadania foi desenvolvida no fim de 2012 e usada pela primeira vez no anteprojeto de Código Comercial.

A comissão recebeu do promotor de Justiça Eronides dos Santos, do Ministério Público de São Paulo, uma proposta

sobre falência transnacional. O objetivo, como explicou o promotor, é ter uma lei modelo que possa ser adotada pelos países, observadas as particularidades do direito interno de cada um. A aprovação de uma lei nos moldes propostos, na opinião de Santos, garantirá a reciprocidade na busca de ativos de empresas falidas em

um país, mas com patrimônio em outros, para garantir o pagamento dos credores.

— Eu me valho desse instrumento para buscar ativos no exterior e acho que nada mais justo que nós, aqui, também tivéssemos um instrumento nesse sentido para que os outros países possam vir e pedir o auxílio brasileiro — disse.

Para o promotor, o Brasil precisa se preparar para as mudanças globais ou pode ser prejudicado. Eronides advertiu para a possibilidade de crises diplomáticas geradas pela desigualdade desse tipo de lei entre os países.

Os integrantes da comissão acompanharam a exposição do professor Felipe Fabro sobre mundo digital e simplificação do ambiente. A palestra sobre shopping centers, com o professor Clovis Malcher Filho, foi cancelada e não há definição sobre uma nova data para a exposição.

Renegociação das dívidas com FNE deverá ser ampliada

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) examina amanhã, às 9h, projeto que amplia o alcance da Lei 12.249/2010 — que trata da remissão e renegociação de dívidas dos agricultores do Nordeste — e aumenta o prazo para acesso ao benefício (PLS 622/2011) quando lastreado em recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

De acordo com o projeto, as dívidas de até R\$ 30 mil poderão ser anistiadas. Já os agricultores com dívidas de até R\$ 200 mil poderão obter mais descontos para efetuar a liquidação do saldo devedor.

Autora da proposta, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) considera baixo o atual limite de R\$ 10 mil, excluindo muitos produtores da renegociação ou eventual anistia das dívidas oferecida pelo governo.

O relator, senador Benedito de Lira (PP-AL), determinou que os agricultores nordestinos terão até 31 de dezembro de 2014, e não mais até dezembro de 2012, para solicitar os benefícios previstos na lei.

Benedito prevê que a medida “permitirá a reinserção de médios produtores no mercado de crédito rural, a redução do grau de endividamento do setor, a adequação do montante da dívida rural à capacidade de pagamento do produtor e a efetiva quitação de suas obrigações financeiras”.



Waldemir Borretto/Agência Senado

Texto prevê dedução no IR de salário pago a doméstico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) discutirá amanhã oito projetos relacionados ao trabalho doméstico (PLC 57/2011, PLS 42/2006, PLS 70/2011, PLS 71/2011, PLS 270/2011, PLS 381/2011, PLS 516/2011 e PLS 565/2011).

A maior parte deve ser considerada prejudicada, já que o Senado aprovou em julho um projeto que regulamenta os direitos dos trabalhadores domésticos (PLS 224/2013 — Complementar). O relator, Paulo Paim (PT-RS), argumenta que os aspectos relacionados ao contrato de trabalho já estão presentes no projeto aprovado pelo Senado e que agora está na Câmara.

Com relação ao que chama de “bloco tributário”, Paim diz considerar que a prorrogação do benefício concedido aos empregadores domésticos é “devida e adequada”. Atualmente, é possível deduzir do Imposto de Renda as despesas dos empregadores com a contribuição patronal paga ao INSS, mas o benefício teria fim em 2013.

Entre os projetos que tratam do assunto, Paim aponta o PLS 270/2011 como o mais completo, motivo pelo qual vota pela sua aprovação. O projeto amplia o benefício atualmente concedido e permite a dedução, no IR, do valor do salário pago ao empregado doméstico.



José Cruz/Agência Senado

Empresas poderão suspender contratos em caso de crise

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pode votar amanhã, em decisão terminativa, projeto que permite a suspensão dos contratos de trabalho quando a empresa passar por crise econômico-financeira. Para isso, será preciso comprovar que não é possível manter a produção ou o fornecimento de serviços.

O projeto (PLS 62/2013), do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De acordo com o texto, a suspensão pode ir de dois a cinco meses e o prazo poderá ser prorrogado se houver convenção ou acordo coletivo de trabalho e concordância formal do empregado.

O autor argumenta que o projeto abre mais uma opção à demissão de mão de obra, dando mais tempo para que o empregador possa buscar saídas para dificuldades de produção e assim evite dispensar trabalhadores.

O relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), apresentou voto favorável à aprovação do projeto. Ele argumenta que a medida não deve ser um sinal negativo para os mercados nem para os trabalhadores e que o objetivo é apenas aprimorar a legislação. Para ele, esse tipo de mecanismo deve ser pensado justamente quando não há crise, para que a discussão se dê de forma madura e “sem atropelos”.



Geraldo Magela/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333
Editor-chefe: Sílvio Burle
Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin
Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

Site: www.senado.leg.br/jornal — E-mail: jornal@senado.leg.br — Twitter: [@jornaldosenado](https://twitter.com/jornaldosenado) — facebook.com/jornaldosenado
 Tel.: 0800 612211 — Fax: (61) 3303-3137 — Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF

Substitutivo da Câmara a texto do Senado tramita em regime de urgência e está na agenda prioritária do mês de combate ao câncer de mama

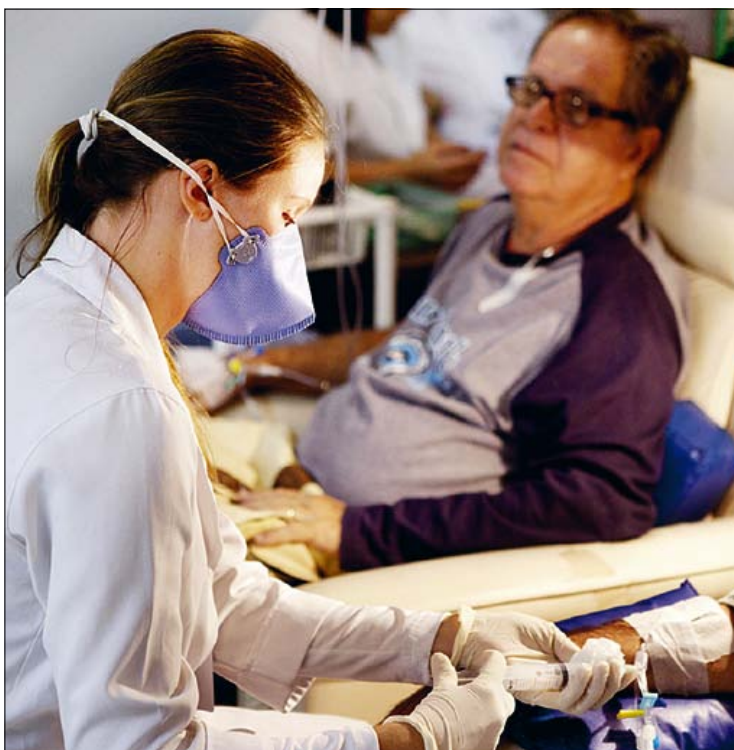
Projeto inclui tratamento domiciliar do câncer na cobertura dos planos

O PLENÁRIO DO Senado pode fazer avançar o atendimento aos pacientes com câncer. Consta da pauta de hoje, em regime de urgência, o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 352/2011, que inclui o fornecimento de remédios de uso oral contra o câncer entre as coberturas obrigatórias dos planos e seguros privados de assistência à saúde.

O projeto faz parte de uma agenda prioritária instituída como parte das atividades do Outubro Rosa, movimento a que se integrou o Congresso Nacional na luta contra os tumores de mama. O PLS, porém, tem como objetivo beneficiar pacientes de ambos os sexos.

De acordo com o projeto, de autoria de Ana Amélia (PP-RS), os planos de saúde privados devem cobrir despesas com medicamentos de uso oral e procedimentos radioterápicos e de hemoterapia, no tratamento domiciliar, desde que estejam relacionados à continuidade da assistência prestada na internação hospitalar.

A senadora informou que, em 15 anos, 80% dos tratamentos oncológicos serão feitos na casa do paciente, com medicamentos de uso oral. Atualmente, lembrou, as empresas de saúde são obrigadas a arcar apenas com cirurgias e com os custos ambulatoriais, dependendo da cobertura do plano.



Tratamentos que podem ser feitos em casa aumentam o bem-estar do paciente

Criação do Programa Mais Médicos será sancionada hoje

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participará hoje da cerimônia de sanção presidencial da lei que cria o Programa Mais Médicos. O evento está marcado para as 11h, no Palácio do Planalto.

O Senado aprovou na quarta-feira a medida provisória que tratava do assunto. Na ocasião, Renan reafirmou o apoio ao programa e lembrou que a saúde está entre as principais angústias dos brasileiros.

— Em qualquer pesquisa, hoje, a saúde aparece como a primeira preocupação da sociedade. O Mais Médicos é um passo importante, mas temos que definir uma fonte de recursos para o setor — declarou.

Para Renan, é urgente a aprovação do projeto que vincula parte da receita da União para a saúde.

Proposta dispensa idosos doentes de presença em órgão público



Se a presença for de interesse público, texto prevê visita domiciliar ao idoso

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) pode decidir hoje, em votação final, sobre o fim da exigência de comparecimento de idosos a órgão público quando estiverem doentes, seja para resolver assunto de interesse deles ou para atender o órgão.

O projeto (PLC 45/2012) modifica o Estatuto do Idoso para estabelecer que, se a presença do idoso doente for de interesse do poder público, a autoridade deverá

providenciar visita domiciliar. Quando for interesse pessoal, o idoso poderá indicar procurador. O texto prevê expedição de laudo de saúde, no atendimento domiciliar, pela perícia médica do INSS ou por serviços público e privado. Relator, Roberto Requião (PMDB-PR) disse esperar que o poder público assegure a proteção do bem-estar dos idosos.

Também irá a votação final na CDH o projeto (PLS 110/2011) de Rodrigo Rollemberg (PSB-

DF) que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar. Atualmente, o órgão pode requisitar serviços públicos de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. A proposta inclui lazer, cultura e esporte. Antes de ser analisado pela CDH, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde foi aprovado sem emendas.

Comissão ouve especialistas sobre formas de elevar verbas da educação

A comissão especial criada para propor soluções para o financiamento da educação ouvirá especialistas amanhã.

Foram convidados para o debate Fernando Veloso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV); José Marcelino de Rezende Pinto, presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); Maria Nilene Badeca da Costa, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação; e Antonio Jacinto Matias, vice-presidente da Fundação Itaú Social.

A comissão se concentra em três

questões: qual o volume de recursos necessário para elevar a qualidade da educação brasileira ao nível dos melhores sistemas do mundo, quais as fontes de recursos para o financiamento e qual a melhor maneira de aplicar as verbas.

Segundo a presidente da comissão, Ângela Portela (PT-RR), os investimentos em educação alcançam de 5% a 5,5% do PIB. Para se atingirem os 10% previstos no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação no Senado, seria necessário um acréscimo de R\$ 225 bilhões, supondo-se que o PIB chegue a R\$ 5 trilhões no final do ano.



Plano Nacional de Educação prevê investimento de 10% do produto interno bruto para a área

Artigo de Aécio sobre ensino público não merece respeito, critica Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que os pré-candidatos à Presidência da República ainda estão devendo à nação propostas concretas para a melhoria da educação. Ele comentou um artigo de Aécio Neves (PSDB-MG) publicado ontem pela *Folha de S.Paulo*.

Intitulado “A verdadeira emancipação”, o artigo de Aécio não apresenta, segundo Cristovam, propostas para a educação, apenas traça um panorama da realidade do ensino público. Na opinião de Cristovam, embora seja positivo um presidencial abordar a educação como área de grande importância para o país, Aécio repete os demais pré-candidatos ao não propor soluções.

— O artigo é cheio de verdades, de afirmações, de constatações, mas não tem propostas. Se fosse o artigo de um analista, daria uma ótima nota para ele. Se fosse o artigo de qualquer político, até daria uma boa nota. Sendo de um candidato a presidente da República, esse artigo não merece o nosso respeito — afirmou.



Cristovam diz que texto de Aécio em jornal não apresenta nenhuma proposta para educação

Cristovam cobrou de Aécio e de todos os demais presidencialistas propostas de ações específicas e detalhadas para enfrentar a decadência da educação brasileira.

Alvaro Dias (PSDB-PR), colega de partido de Aécio, afirmou que não cabe em apenas um artigo apresentar o diagnóstico e a proposta, já que ainda falta um ano para as eleições presidenciais e que até lá Aécio apresentará propostas para superar “a dramática situação que vive o sistema educacional brasileiro”.

Projeto especifica regras de telefonia na Amazônia

Proposta, a ser votada hoje de forma terminativa, estabelece critérios adequados às distâncias geográficas da Amazônia Legal nas obrigações de universalização dos serviços pelas operadoras

ACRE, AMAZONAS, PARÁ, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e oeste do Maranhão — que integram a Amazônia Legal — poderão ter regras específicas para as obrigações de universalização de serviços por parte das operadoras de telecomunicações, incluindo a ampliação da infraestrutura de banda larga. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2011, de autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que será votado hoje, em decisão terminativa, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O PLS 250/2011 amplia as



Flexa Ribeiro aponta que a realidade da Amazônia é diferente dos centros urbanos

metas de universalização a serem cumpridas na Amazônia Legal, estabelecendo que a densidade de orelhões deverá

ser no mínimo 50% maior do que nas demais regiões, e o espaço geográfico entendido como área local pelas operadoras (e que tem tarifação mais barata nas ligações) deverá ser determinado utilizando parâmetros pelo menos três vezes maiores do que no restante do país, devido às grandes distâncias entre as localidades.

Ao justificar a proposta, Flexa propõe tratamento diferenciado para a Amazônia para fazer chegar a cobertura da telefonia fixa e da banda larga a localidades que as regras vigentes continuam classificando como rurais.

Mozarildo quer prioridade para fronteiras

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu à Câmara que agilize a votação de dois projetos aprovados no Senado que beneficiam a Amazônia. Um deles é o PLS 380/2012, que cria a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira — faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para a defesa do território.

— Não há um plano permanente que realmente beneficie os estados de maneira



Para Mozarildo Cavalcanti, governo trata a Amazônia como colônia

diferenciada, quer dizer, os estados mais pobres teriam mais incentivo. Da mesma

forma, não há uma política adequada de defesa.

Mozarildo lembrou que o Exército tem carência de pessoal e equipamento, prejudicando a vigilância na fronteira.

O outro projeto é o PLS 15/2011, aprovado na semana passada, trata da criação do Programa Fronteira Agrícola Norte. O programa prevê incentivos para municípios de Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Rondônia e Acre em faixa da fronteira.

Para o ele, o governo trata a Amazônia como “colônia”.

Comissão discutirá orçamento militar

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) fará audiência pública, em data a ser marcada, sobre as dificuldades orçamentárias das Forças Armadas e do Ministério das Relações Exteriores. Na reunião que aprovou requerimento do presidente da comissão, Ricardo

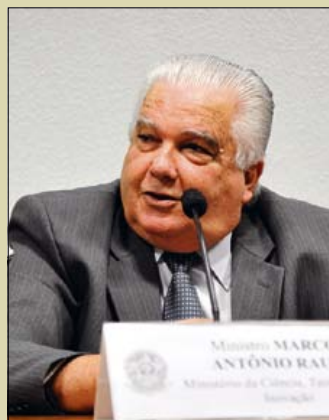
Ferraço (PMDB-ES), dia 17, Ana Amélia (PP-RS) relatou encontro com integrantes da Aeronáutica que citaram graves carências de recursos. Ela deu como exemplo a decisão de alugar um avião da Etiópia para a troca do contingente brasileiro no Haiti, uma vez

que aviões antigos foram desativados sem substituição.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) recordou que todos os anos representantes das Forças Armadas solicitam aos senadores emendas ao Orçamento da União para ampliar as dotações.



Aldo Rebelo, titular do Ministério do Esporte, vem ao Senado



Ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp estará no evento

Seminário debate contribuição da ciência para saúde e esporte

“Ciência no futuro da saúde e dos esportes” é o tema do seminário interativo Caminhos para a Inovação 2013, que acontecerá quinta-feira no Interlegis, das 8h30 às 17h20. O evento é uma parceria da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a Universidade de Brasília (UnB) e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

O objetivo do seminário, que faz parte das atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, é aproximar o Parlamento brasileiro dos debates sobre ciência, tecnologia e inovação, na busca de caminhos e pilares para o desenvolvimento tecnológico nacional. A primeira edição do Caminhos para a Inovação, em 2012, abordou os temas “Infraestrutura e capacitação para a pesquisa” e “Mecanismos de financiamento e participação privada”.

O evento terá quatro painéis e contará com participação de diversos senadores, cientistas e especialistas, como o coordenador do Núcleo de Estudos do

Futuro da UnB, Isaac Roitman; o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp; o presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), José Fernandes de Lima; o ministro do Esporte, Aldo Rebelo; o atleta paraolímpico medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Londres Alan Fonteles; a atleta Ana Moser, da ONG Atletas pela Cidadania; entre outros. A programação completa pode ser conferida em <http://bit.ly/senadoinovacao>.

Pessoas de todo o país podem assistir aos debates ao vivo e participar pelo hotsite do seminário, pelos canais de interação (*veja quadro abaixo*) e pelo Alô Senado (0800 612211), enviando comentários, sugestões e perguntas aos senadores e convidados. Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (61) 3303-3623 ou (61) 3303-1120.

PARTICIPE, QUINTA, ÀS 8h30

► Tempo real:

<http://bit.ly/CienciaFuturo>

► Portal e-Cidadania:

www.senado.leg.br/ecidadania

► Facebook: eCidadaniaSF

► Twitter: @e_cidadania

► TV: www.senado.leg.br/TV

► Alô Senado: 0800 612211

Ferramentas de Transparência e Controle Social

É fácil ficar sabendo

O Senado disponibiliza ao cidadão diversas ferramentas de transparência e controle social, dentre elas:

- **Lista de perguntas frequentes;**
- **Formulário para solicitação de informações;**
- **Ouvidoria;**
- **Siga Brasil**, um sistema de pesquisa sobre o orçamento público; e
- **Dados Abertos**, informações obtidas e editadas em formato aberto.

Senado + transparente.
A informação ao seu encontro.

www.senado.leg.br/transparencia

